

HISTÓRIA DE FAMÍLIA E IDENTIDADE EM SÃO PAULO*

*Alice Beatriz da Silva Gordo Lang***
*Nilce Marcondes****

Resumo: O artigo trata do grupo familiar concebido enquanto representação. Baseia-se em uma pesquisa, cujo objetivo era o de conhecer como pessoas de diferentes classes sociais vêem o grupo familiar e apontar seu papel na construção da identidade pessoal em São Paulo, Brasil. O estudo baseia-se em relatos de vida de mulheres que mostram a existência de estilos de vida determinados pela origem social. Membros da camada social superior tendem a basear sua identidade pessoal e social na família extensa, cuja história é vista e cultivada como um mito. Por outro lado, o grupo familiar referido é o nuclear, a história da família é construída no presente e a identidade pessoal tem por base a trajetória ocupacional do próprio sujeito.

Palavras-chave: história de família; identidade; relatos orais.

INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas referem-se a um estudo realizado na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo, no sudeste do Brasil. São Paulo é a cidade mais populosa e mais industrializada do país.

O Brasil, chamado país-continente com seus 8.500.000 km², apresenta grandes desigualdades sociais. Camadas sociais diversas dispõem, não apenas de condições econômicas diversas, mas têm estilos de vida, concepções e representações também diversas.

O objetivo da pesquisa em cujos resultados se baseiam estas reflexões era o de compreender a relação entre a política e a família¹. Focalizamos aqui as concepções e representações referentes à família. A família, grupo primário de que o indivíduo faz parte e no seio do qual se faz sua socialização primeira, é aqui estudada enquanto representação. Segundo a proposta do sociólogo francês Pierre Bourdieu, a família se institui de fato e passa a existir na prática, pela representação que dela fazem seus membros. É a representação da família que lhe dá sua existência concreta

* Comunicação apresentada no XIV Congresso Internacional de Sociologia realizado em Montreal, em julho de 1998 – (*RC38 Biography and Society. Session 13 Family History – Life Story*).

** Doutora em Sociologia pela USP – Pesquisadora do CERU.

*** Socióloga – Pesquisadora do CERU.

1 Projeto Família e Política em São Paulo (1910-1950), realizado pelo CERU com apoio do CNPq. Na etapa final, Nilce Marcondes e Hélio Lélis Leite participaram da equipe por mim coordenada e muito contribuíram para as reflexões aqui apresentadas (Lang, 1997).

e não sua efetiva composição. A família, contudo, não pode ser concebida de maneira unívoca, pois engloba agrupamentos diversos que devem ser analisados pela especificidade do papel e da influência que têm sobre seus membros (Bourdieu, 1993).

Famílias paulistas de diversas camadas sociais foram abordadas através das mulheres, escolhidas na constelação familiar por terem, tradicionalmente, o cotidiano de suas vidas mais ligado ao ambiente doméstico e um ingresso mais tardio na esfera da política institucional, um vez que no país, apenas em 1932 as mulheres tiveram reconhecido seu direito de voto.

Consideramos aqui de modo especial as camadas favorecidas, comparando posteriormente os resultados obtidos com os referentes a outras camadas sociais, através da narrativa de mulheres de camada média e de camada popular.

Trata-se de um trabalho de História Oral. A partir de um projeto, relatos orais de vida foram coletados em uma entrevista marcada pela interação entre pesquisador e pesquisado. Os relatos gravados foram transcritos, analisados e comparados dentro dos pressupostos do que consideramos um trabalho de História Oral em uma abordagem sociológica. Na perspectiva adotada, os documentos foram criados com vistas, em primeira instância, a fornecer elementos para a compreensão da questão proposta. Para responder a esse objetivo procedeu-se à sua análise. Queremos aqui enfatizar a necessidade da análise acompanhar todo o processo da pesquisa e não se fazer apenas ao término das entrevistas; este procedimento permite levantar novas questões que serão observadas nas entrevistas subsequentes, face às novas indagações que se colocam no decorrer do processo.

Quanto à forma de entrevista e ao material coletado, estabelecemos uma diferença entre o que consideramos história de vida e relato de vida. No primeiro caso, o narrador conta sua vida com mínima interferência do pesquisador, impondo ele mesmo a orientação a ser seguida. Os relatos orais seriam histórias de vida resumidas ou parceladas, o depoente sabe de antemão do interesse do pesquisador e direciona o relato para responder a estas preocupações (Lang, 1996).

Trabalhamos com relatos orais de 26 mulheres, nascidas em São Paulo em diferentes décadas, para possibilitar comparações. Optamos por identificar as narradoras, no decorrer do texto, apenas pelo prenome.

MULHERES DE CAMADAS FAVORECIDAS

Por camadas favorecidas entendemos aquelas nas quais seus membros dispunham de bom nível de instrução, desempenhavam ocupações de maior prestígio e remuneração e dispunham de condições materiais para uma vida confortável. Instrução, prestígio ocupacional e renda são seguros indicadores de favorecimento social, em uma sociedade marcada por desigualdades como a brasileira (Lang, 1982). Não estamos tratando da elite, mas de camadas favorecidas com relação à maior parte da população. Poderiam ser também ser classificadas como classe média alta.

O tema proposto era a vivência dos fatos políticos e se iniciava a coleta do relato perguntando quem era a entrevistada, como era sua família, como fora sua educação e a ocupação a que se dedica ou dedicara. Nos relatos orais de vida, as entrevistadas vão abordar o tema proposto através de sua experiência de vida. A análise se fez em função dos seguintes temas: a trajetória de vida da narradora, a família, o estilo de vida e a vivência da política.

Interessava conhecer a representação desta camada social sobre a família, em termos de sua composição, características, do papel a ela atribuído e, por outro lado, conhecer como tais famílias vivenciaram os principais fatos políticos do período, o conhecimento que deles têm as entrevistadas, assim como a forma de participação delas mesmas e do grupo familiar a que pertencem.

Os relatos de vida abrangem não só os fatos vivenciados pelas narradoras, mas também o que lhes foi transmitido oralmente, através dos relatos familiares que contam a trajetória coletiva de suas famílias de origem e que significam a história familiar. Suas próprias trajetórias começam pelas primeiras lembranças da infância, a vivência com a família nuclear e com a família extensa, o relacionamento com amigos seus e da família, seguindo depois para o relato das vivências escolares e daí para suas próprias atividades, dentro e fora do âmbito da família, até a data presente. Os fatos políticos são narrados em função da participação e da opinião dos membros da família. No geral, todos os relatos seguiram esta sequência, com interrupções ou volta a fatos já mencionados, para detalhamento de aspectos considerados importantes ou que teriam, simplesmente, ficado registrados de modo mais marcante em suas memórias.

Cabe ter presente que os relatos apoiam-se na memória e que esta, como mostrou Halbwachs (1990) ainda na década de 20, é um fenômeno coletivo e social. Trabalhamos com a memória do grupo familiar.

As representações sobre a família, apreendidas através dos relatos das mulheres de camada favorecida, são recorrentes, repetindo-se em seus principais aspectos conforme adiante delineamos.

A ÊNFASE NA FAMÍLIA EXTENSA DE ORIGEM

Na maior parte dos casos, trata-se de famílias antigas, cuja história vem sendo transmitida por três ou quatro gerações. A origem do grupo familiar aparece vinculada aos primórdios da organização social local e do país; suas histórias mesclam-se, em muitos pontos, com a própria história da sociedade a que pertencem, possibilitando os relatos a recapitulação de elementos dessa história, destacando a participação dos membros do grupo familiar. Em alguns casos, são depoimentos sobre a atuação das próprias narradoras na criação e direção de instituições da nossa organização social, trazendo lembranças de aspectos pouco explorados na historiografia.

Referências são feitas à família extensa de origem (o antepassado fundador, os avós, tios, primos), à família nuclear de origem (pai, mãe, irmãos), à família nuclear constituída pelo casamento (cônjuge, filhos e por vezes netos) e à família extensa proveniente do cônjuge.

Contrariamente à ênfase na família de origem, a trajetória da família que constituíram pelo matrimônio é um tema de pouco destaque nas narrativas. Menção ao casamento aparece quando estão falando dos estudos. Aparece geralmente como um obstáculo que as leva a cancelar ou postergar seus projetos profissionais, como um desvio na trajetória delineada. A vinda dos filhos, pode-se inferir que represente um momento sagrado, dado que interrompem tudo que estão fazendo em função de criá-los, pelo menos por algum tempo. Em geral, pouco falam sobre os filhos adultos, havendo apenas informação sobre a profissão que seguiram; assim também, pouco mencionam genros, noras e respectivas famílias de origem; netos são também pouco referidos. As entrevistadas de mais idade tendem a valorizar em seus relatos as recordações da própria infância. Referências ao cônjuge são esporádicas.

REPRESENTAÇÃO: A FAMÍLIA COESA

Enquanto representação, a família é constituída e instituída pela vontade dos parentes de manterem-se unidos e pelo esforço em garantir a supremacia dos vínculos de integração sobre as tendências à cisão e ao individualismo. É assim que, embora em alguns casos tenham ocorrido crises na ordem familiar, pela ausência de um de seus membros fundamentais – o homem, pai ou marido provedor, por exemplo, este fato não levou à desagregação familiar, comprometendo o histórico da família extensa. Tais fatos são geralmente assimilados, trabalhados e incorporados à narrativa da história familiar como contingências já superadas.

São para tal mobilizados os recursos integradores e reintegradores de que estas famílias extensas dispõem, com vistas à reconstituição do núcleo familiar abalado: tal fato é avaliado mais pelos resultados, ou pela trajetória subsequente do grupo, do que pelas narrativas, que raramente detalham tais circunstâncias. Em todas as ocorrências desse tipo, separação ou morte do pai ou marido, observa-se que mãe e filhos foram apoiados pela família de origem e reintegrados a esta, quando não houve uma posterior aliança.

Entre os elementos integradores do grupo familiar, destacamos o papel exercido por seus diferentes membros e a preservação da história do grupo que destaca o antepassado tido como fundador da família, constituindo a memória familiar.

Quanto às gerações imediatamente precedentes, a principal figura agregadora é o avô materno, que promovia reuniões internas do grupo familiar, mantinha os contatos externos, além de prover condições materiais para a integração física da

família, como conta Tereza²: “Mas aí ele ganhou algum dinheiro e comprou então um terreno muito grande, mas que ele considerava longe da cidade... A família inteira morava lá... todos os filhos moravam na mesma rua. E os cunhados do meu avô, quer dizer os irmãos da minha avó também. E os filhos iam casando e iam tirando pedaços do terreno dele ... Em resumo, a rua quase toda era da família”. Seriam providências visando manter a família próxima e coesa a família extensa.

A figura do avô é sempre mostrada como o elemento de integração do grupo familiar. A do pai, como aquele que auxilia nas circunstâncias as mais variadas, recorrendo para tal aos capitais familiar, social e político de que dispõe e que tem uma função expressiva, dado que é lembrado pelo carinho dispensado aos filhos. Aos elementos do sexo feminino (avó, mãe, tias, irmãs), de um modo geral, pouca importância é atribuída, dada a pequena valorização das atividades domésticas e quotidianas e a ênfase nos fatos que significam a integração do grupo familiar na sociedade abrangente.

Também os bens patrimoniais da família que exigem algum tipo de gestão, como fazendas, aparecem como elementos integradores na medida em que sua administração demanda, necessariamente, algum entendimento familiar constante. Geralmente articulam irmãos que se revezam neste trabalho.

Tratando-se de atividades realizadas no âmbito doméstico e propiciadoras da coesão interna, a participação das mulheres é destacada. Maria do Carmo³ descreve uma cena doméstica que ilustra o papel da mulher na integração da família, referindo-se à mãe e às tias reunidas na casa do avô: “Então tinha um salão imenso, avarandados antigos, tudo cercado. Era muito interessante a casa, muito bonita... E então de noite, quando era dia de aniversário, ela tocava, todo mundo dançava, dançava quadrilhas, nós crianças até quadrilhas dançávamos.... mamãe tocava bandolim, todas elas tocavam, uma piano, outra violino, bandolim, tocavam, cantavam, bordavam prata, ouro, aquelas coisa enfim...”.

A convivência com a família extensa seria também um elemento para a coesão do grupo. As entrevistadas contam de reuniões familiares, com avós, primos e tios e de suas viagens em férias para a fazenda da família ou casa de praia, algumas viagens ao exterior acompanhando os pais.

Via de regra, são praticamente omitidos detalhes sobre as circunstâncias de rupturas, cisões, estrangimentos graves e crises familiares, que revelariam as tensões inerentes e específicas a cada grupo familiar e conseqüentemente os recur-

2 Tereza nasceu na cidade de São Paulo em 1933, o pai era industrial. O avô materno era político, tendo sido candidato a Governador do Estado de São Paulo. Tereza fez o curso colegial e casou-se logo depois com um arquiteto, neto de um ex-Presidente da República. Trabalhou em obras assistencial e voltou a estudar mais tarde. Fez doutorado e hoje leciona em faculdade.

3 Maria do Carmo nasceu em 1906, filha de um advogado. Estudou inicialmente no Colégio Stafford e depois em casa com professores particulares. Casou-se com um engenheiro do qual se desquitou. Trabalhou como voluntária na Liga das Senhoras Católicas, como tesoureira e diretora da escola da entidade. Um de seus tios era político.

sos empregados para prevenção, controle e superação dessas circunstâncias, sempre ameaçadoras de sua integração.

Assim, mesmo estando ausentes dos relatos os fatos que poderiam nos remeter a um conhecimento das diferentes *estratégias* efetivamente adotadas pelas famílias nas situações de crise, é possível reordenar alguns elementos pelos acontecimentos subsequentes e pela comparação com o enfrentamento de situações similares por outras famílias. Pode-se deduzir que tal omissão tenha se dado por motivos inerentes à própria necessidade de preservar a imagem do grupo familiar coeso, mantendo os mecanismos de criação e integração desenvolvidos em cada família, baseados no cultivo da solidariedade e afetos familiares, e incorporados pelas agentes através dos *habitus*⁴.

Foi na observação de situações críticas (ausência do cônjuge provedor e morte do filho), que nos defrontamos com o limite, bem determinado pelas mulheres dessa classe social, entre os fatos públicos da vida privada, que constituem a história familiar que pode e deve ser narrada e divulgada, e os fatos de foro íntimo da vida privada, que não devem ser comentados.

HISTÓRIA DA FAMÍLIA – A MEMÓRIA FAMILIAR

Outro importante elemento de integração corresponde à memória familiar, um verdadeiro culto que atua como substrato histórico e afetivo para a integração e percepção da família como um todo, tendo por base a história da família. A memória familiar é cultivada tanto nas casas, onde lhe é reservado um espaço físico, quanto nas memórias, pois observa-se nas entrevistas, em maior ou menor grau, a preocupação em preservar a história da família através de sua transmissão oral para as sucessivas gerações e outros possíveis interessados.

A transmissão oral das histórias familiares é feita através de narrativas que podem ser mais elaboradas literariamente, com aspectos românticos, outros de humor, sátiras, fatos pitorescos, com citações em que as entrevistadas chegam a dramatizar a fala das pessoas referidas. E podem também ser mais objetivas, começando o relato pela descrição de um ancestral primordial, chegando rapidamente à descrição do núcleo familiar de origem e passando em seguida para o relato de sua própria trajetória.

Algumas entrevistadas apontam a existência de meios comprobatórios dos fatos que relatam, como documentos emitidos por autoridades políticas, a exemplo de uma carta do imperador designando o parente para algum trabalho, ou mesmo artigos de jornais da grande imprensa oficial e revistas especializadas falando so-

4 O *habitus* é um dos principais conceitos da teoria de Bourdieu, que o concebe como sistema de disposições adquiridas, duráveis e transmissíveis, predispostas a funcionar como princípios geradores e organizadores de práticas e representações (Bourdieu, 1972).

bre seus parentes, material preservado sob seus cuidados ou de que algum familiar é depositário.

Muitas dessas famílias têm também mapas genealógicos que mostram as ramificações familiares, delimitando formalmente sua extensão, ou o pertencer à família. Algumas possuem muitas peças de apoio à memória, como objetos emblemáticos: capacetes utilizados na revolução, bandeiras, faixas, quadros, indicando a participação dos familiares nos eventos políticos e cívicos e as opções que fizeram nessa época. É aí que fica-se sabendo que nem sempre os parentes fizeram a mesma opção política. O acervo pode reunir num só espaço de culto símbolos de posições político-ideológicas antagônicas.

Guardam muitas fotografias antigas que são mostradas e interpretadas pelos membros da família. A exibição das fotos vem sempre acompanhada de comentários explicativos e impressões familiares sobre as circunstâncias em torno delas e aspectos da personalidade do fotografado. Em geral, o culto familiar tem sinalizações visíveis nas casas das entrevistadas e localizam-se na parte social, em uma sala principal, ou seja, nos espaços mais públicos da privacidade familiar.

Os destaques das narrativas das memórias familiares transmitidas são, realmente, os antepassados ilustres. Alguns deles, com uma genealogia mítica que remonta às origens bandeirantes do Estado, instituíram os primeiros núcleos familiares locais dos que hoje identificam-se como *quatrocentões*; outros eram estrangeiros que adotaram o Brasil como pátria, tendo aqui obtido títulos honoríficos e certificados de cidadania por serviços prestados. Optaram por ser brasileiros e conseguiram ser assim reconhecidos, oficialmente, pelos serviços prestados. Sua presença na memória familiar se faz a partir da chegada ao Brasil, não havendo qualquer referência à vida anterior em outro país, mesmo quando aqui chegaram já adultos.

Alguns dos antepassados primordiais dessas famílias provieram de outros Estados do país, passando por várias cidades e fixando-se posteriormente em São Paulo. Por esta trajetória distribui-se ainda a família extensa, com a qual as narradoras mencionam ainda contatos esporádicos.

Os antepassados ilustres são citados como pontos de referência da origem dos diferentes ramos familiares que vieram a compor a família nuclear da entrevistada. Ou seja, é em relação a estes que os membros da família aparecem articulados no sistema de parentesco extenso. São os protagonistas dos atos inaugurais das famílias, marcos a partir dos quais a história começou a ser contada. E, em alguns casos esta demarcação pode ser arbitrada, como parece acontecer no seguinte caso: Noquinha, mãe de Leonor⁵ e também presente na entrevista com a filha, narra a história de sua família a partir de um romance: *foi por amor que seu pai, o médico*

5 Leonor nasceu em São Paulo, em 1936. O pai faleceu e a mãe casou-se com um banqueiro. Coursou o Normal em um colégio de elite, mas nunca trabalhou profissionalmente. Como voluntária, dedicou-se a um movimento educativo visando a formação de jovens. Casou-se com um engenheiro. Noquinha, mãe de Leonor, participou da entrevista.

austriaco Dr. Seng, veio para o Brasil casar-se com sua mãe. Veio, trazendo consigo os avanços da medicina, que iria incorporar à incipiente medicina local, no começo deste século. A mãe de Noquinha era filha de José Maria Lisboa, personagem cujos detalhes da trajetória em Portugal e no Brasil, onde parece ter sido bem sucedido, foram ignorados, enquanto foram detalhados, pormenorizadamente, os feitos do pai, este médico *austriaco, católico apostólico romano* que veio ao Brasil casar-se com a filha de Lisboa. Bem pouco sabiam sobre José Maria Lisboa, além do fato de ter fundado o jornal Diário Popular. Suspeitam até que não tenha sido esse seu verdadeiro nome, embora não soubessem porque começou a ser assim chamado. Neste caso, o marco deliberadamente escolhido pela família, através de sua narradora, Noquinha, foi a chegada do Dr. Seng, talvez por serem seus feitos mais passíveis de valorização social, ou talvez por dar ensejo a uma história romântica.

Nas narrativas da memória familiar referida à família extensa são mencionados muitos mitos familiares, cuja identificação social é possível dado sua obra estar relacionada a algum elemento da organização social local e nacional. Invariavelmente estiveram envolvidos nos grandes projetos de integração do território nacional, como a construção dos primeiros portos e ferrovias, no desenvolvimento de grandes projetos hidráulicos de irrigação, energia, povoamento e piscicultura; na criação de instituições ligadas à educação e comunicação social, como fundação das primeiras escolas e órgãos de imprensa locais; em obras ligadas aos primeiros projetos urbanísticos, como abastecimento de água e iluminação pública; em pesquisas pioneiras, como de combustíveis alternativos; em instituições de saúde, como hospitais etc. Ou seja, tiveram uma participação social qualificada, como políticos, empreendedores particulares, ou técnicos altamente especializados.

Em muitos dos casos narrados houve, de fato, reconhecimento público visível dos feitos dos ancestrais. Receberam homenagens como dedicação de seus nomes a logradouros públicos e instituições, celebração de seus feitos por parte dos grupos profissionais aos quais pertenciam e que os invocam publicamente. Este reconhecimento pode ser reiterado periodicamente, com cerimoniais em eventos comemorativos na instituição que fundaram ou implementaram. A homenagem ao antepassado através de seus representantes, os parentes convidados, constitui uma oportunidade ímpar de observação do fenômeno de transferência de prestígio. Pode-se, neste momento, acompanhar o *modus operandi* de atualização de prestígio e do mecanismo de transferência deste, que resulta em acréscimos de *capital social* pelas relações de parentesco. O representante recebe as honras ao ausente, valor que incorpora ao grupo familiar atual.

Entre os antepassados ilustres, há figuras que atuaram no *campo político*, como exemplifica o ex-Presidente de São Paulo, Jorge Tibiriçá, avô de Georgina⁶.

6 Georgina nasceu em 1906. Pertencia a uma família de políticos, o avô materno foi Presidente do Estado, cargo ocupado por um bisavô durante o Império. O pai era advogado. Georgina estudou em colégio de freiras e casou-se com um político que foi um dos líderes do Movimento Integralista na década de 30, tendo mais tarde exercido funções no governo paulista. Trabalhou como funcionária pública concursada.

Narrando a história familiar, fala sobre a ascendência francesa de Jorge Tibiriçá e descreve, detalhadamente, as obras de seu governo, bem como de outros parentes políticos, algumas das quais são bens tangíveis do patrimônio histórico local, como o Viaduto do Chá e o Teatro Municipal de São Paulo.

Não são contudo apenas mencionadas as glórias da família. Em alguns casos, ao lado processo de ascensão social, há a situação de descenso experimentada por algumas famílias, como a de Vera Maria⁷ que faz menção a crises de ordem econômica e provenientes do mesmo fator – a morte do pai provedor deixando em dificuldade a família nuclear. Já as situações favoráveis são por ela descritas como as de contato com pessoas ou instituições prestigiadas, revelando a posse de capital social e, em certas ocasiões, de capital econômico.

Entre os relatos dos feitos dos ancestrais primordiais e sua própria saga, poucas são as que falam sobre a geração imediatamente precedente, contando os feitos de seus pais da mesma forma como foram narrados os dos antepassados ilustres, descrevendo sua trajetória de maneira ordenada e com a mesma elaboração e detalhamento.

A narrativa dos feitos do pai é feita pelas filhas de políticos. E o caso de Wilma⁸, cujo pai foi Secretário do Governo paulista no tempo da Revolução de 32, foi exilado, lutou contra o Estado Novo e foi deputado por várias legislaturas; e também de Maria⁹, filha de um político atuante, deputado e também exilado em 32.

Mas a única que conta a história do pai como saga é Maria Paula¹⁰, que o vê como ativo participante da história política do Rio Grande do Sul, seu estado de origem. Este teria sido o maior responsável pelo movimento que derrubou o ditador Borges de Medeiros, no poder durante 25 anos, através de táticas de guerrilha; segundo ela, seu pai teria sido *o primeiro guerrilheiro*. Observe-se que a atuação política deste personagem foi bem mais ampla do que a saga contada pela filha. Além desta aventura, ele teria sido também um político “de gabinete”, conforme ela mesma diz, e também um político institucional, tendo sido eleito deputado constituinte. Mas Maria Paula nada fala sobre sua obra nestes postos, escolhendo narrar esta modalidade de participação política onde se destaca sua ação individual.

7 Vera Maria nasceu em 1935. O pai era um arquiteto com carreira promissora que morreu cedo, o que fez com que sua mãe tivesse de trabalhar ajudada pela filha. Vera Maria trabalhou como secretária trilingüe, é tradutora e trabalha com turismo. Não tem políticos na família.

8 Wilma nasceu em 1915, filha de um Professor da Faculdade de Direito que sempre se dedicou à política. Foi exilado após a Revolução de 32. Wilma é normalista, mas sempre trabalhou como voluntária em obras assistenciais. Casou-se com um advogado e teve 5 filhos.

9 Maria nasceu em 1917, filha de um advogado e político que foi exilado em 32. Estudou com professoras particulares pela necessidade de acompanhar o pai deputado ao Rio de Janeiro. Cursou Filosofia, casou-se com um médico. Trabalhou voluntariamente em uma associação cívica, como secretária.

10 Maria Paula nasceu em 1931. O pai era político. Maria Paula não se casou, formou-se pela Escola de Sociologia e Política e sempre trabalhou profissionalmente. Dirigiu a União Cívica Feminina.

Ainda, Maria Helena fala muito do pai e das *reuniões políticas* por ele promovidas em sua casa, que contavam com a presença de políticos influentes que se reuniam para decidir questões de ordem político institucional relevantes, como dilemas de sucessão aos cargos executivos de São Paulo; mas não relata sua obra de forma ordenada de modo a compor uma epopéia, como faz Maria Paula, nem como descrevem objetivamente a atuação dos respectivos pais Wilma e Maria.

Após discorrer sobre a família de origem, as entrevistadas abordam sua trajetória pessoal. O relato começa pela infância e termina nos fatos contemporâneos à entrevista. Tiveram os ciclos de vida bem demarcados. Foram realmente crianças na infância, sem preocupações alheias a esta fase, ou seja, brincaram, estudaram, viajaram nas férias e foram objeto de preocupação e proteção dos adultos. Depois iniciaram-se na vida adulta após terem passado pelos dilemas da adolescência: os namoros, a continuação ou não dos estudos, o desempenho de outras atividades. A maioria casou-se, constituiu sua própria família e manteve alguma atividade fora de casa, seja como trabalho voluntário ou profissional, descrito detalhadamente.

Todas estas mulheres exerceram, em suas atividades, algum tipo de liderança numa área limítrofe entre o público e o privado, exceto Helena e Maria Helena, cujas atuações deram-se mais definitivamente no âmbito público, tendo ambas ocupado o cargo de Secretária Municipal do Bem-Estar Social da Prefeitura paulista e a primeira sido vereadora.

Há também as que não contam sua vida como saga, por não terem sido, elas próprias pioneiras ou agentes atuantes em instituições de interesse público, mas que, ainda assim, descrevem uma trajetória na qual é possível verificar-se como os fatos políticos, ou do âmbito público, trazidos para casa por algum parente, interferem no privado, em suas experiências pessoais e relações familiares, configurando sua vivência um *habitus*.

A QUESTÃO DA IDENTIDADE

As entrevistadas traçaram suas trajetórias dando maior ênfase à família extensa de origem, no seio da qual se socializaram. Organizaram seu relato selecionando e ordenando pontos que lhes pareceram mais significativos e que expressariam um sentido à sua existência.

No tocante ao grupo familiar, surpreendeu a observação de que, ao contar sua vida, o papel mais importante é atribuído à família de origem, delineada de forma muito mais detalhada do que a família constituída pelo casamento, ou a família de origem do cônjuge, esta muito pouco mencionada. Seria esta importância atribuída à família de origem um reviver de tempos idílicos da infância e juventude? Ou seria a busca da valorização do grupo familiar, apresentando a história da

família extensa de origem como uma saga e enfatizando seu papel na história da cidade ou do país?

O historiador francês Pierre Vidal-Naquet (1995), em trabalho autobiográfico, mostrou-se surpreso com o peso que foram tomando, durante sua elaboração, os primeiros anos de sua vida, quando inicialmente pensava traçá-los em rápidas pinceladas e desenvolver a fase de inserção profissional. Concluiu que sendo seu objetivo compreender-se a si mesmo e tornar sua experiência de homem, significativa para o leitor, deveria insistir longamente sobre seus vinte e cinco primeiros anos de vida, que terminariam com seu ingresso na atividade profissional. Esta observação permitiu formular a hipótese da importância da família de origem, preservada pela memória de sua história e vinculação à sociedade, na constituição da identidade destas mulheres.

Falamos sobre uma memória herdada, criada e recriada, esteio da identidade social dessas mulheres. Aplicam-se a este caso as observações de Michel Pollak, apontando a relação entre a memória e a identidade social: “Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado em seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (Pollak, 1992: 204).

Para Pollak, a memória é, portanto, um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva. Quanto à identidade coletiva, diz o autor: “Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (Pollak, 1992: 207). A identidade coletiva, no caso analisado, tem por referência o grupo familiar.

MULHERES DE CAMADAS MÉDIA E POPULAR

Encontramos diferenças bastante significativas quanto à descrição, concepção e representações sobre família, expressas nas narrativas de mulheres pertencentes a famílias de outras camadas sociais.

Destas entrevistas selecionamos quatro relatos: duas mulheres eram filhas de imigrantes (Albertina¹¹ e Dileta¹² e uma de um migrante sergipano e cuja mãe provinha de uma família de sitiantes (Itacy¹³); a outra (Zuleika¹⁴) seria certamente proveniente de uma família de camada baixa. Encontramos semelhança nas trajetórias das três primeiras, enquanto que a última apresentou uma trajetória singular.

Não há, nestes quatro relatos, valorização dos antepassados através de uma narrativa que descreva uma saga mítica: Albertina e Dileta, filhas de imigrantes, nada falam da vida dos pais nem no país de origem nem na sociedade na qual se inseriram, e Itacy só diz que é filha de um nordestino, farmacêutico prático, que veio para o sul gerenciar uma farmácia. Quanto a Zuleika, também nada fala de suas origens familiares remotas, mas relata uma infância muito marcada por dificuldades econômicas extremas, na qual destaca-se a luta de sua mãe para manter as condições mínimas de subsistência da família. Os pais das quatro entrevistadas tinham pouco estudo, o que ocorria também com as mães; a mãe de Zuleika não chegou a alfabetizar-se.

As três primeiras fizeram curso Normal e começaram imediatamente a trabalhar logo após formadas. Dileta e Albertina submeteram-se às exigências da época e foram para outras cidades em decorrência da carreira. Foi este também o caso das irmãs mais velhas de Itacy. Não se questionava, nestas famílias, se a mulher poderia ou não trabalhar e estudar, nem havia obstáculos para que uma moça solteira fosse morar em uma outra cidade, assim como também com relação a horários; enfim, a família não impunha as restrições apontadas pelas mulheres de camada favorecida.

Dedicaram-se à carreira profissional já no início de suas trajetórias de vida adulta. E, também não tiveram políticos na família. Embora tenham partido de uma condição social menos favorecida, ou de capitais familiares menos substanciais, ou mesmo nulos, como no caso de Zuleika, conseguiram estas mulheres alcançar uma posição social equivalente à das outras, o que explica sua inclusão no quadro de entrevistadas. Zuleika fez curso de contabilidade e ingressou na política com 18 anos.

11 Albertina nasceu em Cerquilha (SP), filha de um imigrante libanês que era comerciante. Foi professora e diretora de escola em sua cidade e vereadora por dois mandatos. Deixou a política quando se casou, por imposição do marido.

12 Dileta nasceu em 1907 em Piracicaba (SP), filha de um imigrante italiano, dono de um armazém. Fez Escola Normal, lecionou inicialmente em escola rural, tendo obtido promoções até chegar a São Paulo, onde se casou. Não teve políticos na família.

13 Itacy nasceu em 1907 em Santa Rita do Viterbo (SP), filha de um farmacêutico prático que chegou a possuir terras. Fez Escola Normal e iniciou a carreira de professora em São Paulo. Deixando o magistério, dedicou-se a uma entidade cívica feminina. Casou-se com um advogado.

14 Zuleika nasceu em Santos, em 1926. O pai tinha profissão indefinida e a mãe era empregada doméstica. Os estudos foram custeados pela patroa da mãe. Zuleika ingressou na política e foi eleita deputada pelo Partido Comunista em 1946, mas o partido foi cassado. Zuleika foi exilada após 64. Trabalhava, na ocasião da entrevista, no Conselho Estadual da Condição Feminina.

COMPARAÇÃO

A comparação dos relatos de mulheres de camada favorecida com os de entrevistadas de outra origem social, revelou diferenças quanto ao estilo de vida e até mesmo quanto à representação da família.

Basicamente, as principais diferenças podem assim ser resumidas:

- na camada favorecida, há uma valorização da família de origem; destaca-se a saga do fundador da família, referida à cidade ou ao país, a importância atribuída aos antepassados cuja memória é preservada; o estilo de vida compreende a instrução superior para os homens e uma educação requintada para as mulheres, na qual o aprendizado de línguas estrangeiras é fundamental; é uma educação não propedêutica para o trabalho, um capital cultural que é reconvertido quando necessário. O trabalho voluntário em obras assistenciais era bastante valorizado, as restrições ao trabalho da mulher diminuem decorrer do tempo e há um *habitus* da política, vista e vivida como um fato na cotidiano.
- na camada média, é pequena a importância atribuída à família ancestral, não havendo a saga de um fundador do grupo; o estilo de vida é diverso, sem qualquer restrição ao estudo e trabalho fora de casa, ou mesmo em outra cidade; não há empenho no estudo de línguas. O enfoque da narrativa se dá na própria vida.
- na camada baixa, exemplificada por apenas um caso, o de *Zuleika*, temos a entrevistada construindo sua própria vida sem apoio da família, a inserção em um partido político de esquerda. Pouca importância é atribuída à família, a ponto de *Zuleika* afirmar: *a família passa, a política fica*.

Esta comparação possibilitou analisar a questão da identidade pessoal, avaliada com relação à camada social.

Há nos relatos orais de vida a preocupação, ou a tendência a dotar a trajetória de vida de um sentido, de emprestar uma coerência a sua vida. Daí a seleção dos temas desenvolvidos pela narradora, buscando a reafirmação da identidade.

Nas camadas favorecidas, a identidade se escora na família e especialmente na família de origem, cuja coesão enquanto grupo e cujo papel no tocante ao desenvolvimento da cidade e do país cuidam de preservar através da memória. É através da memória familiar transmitida através de sucessivas gerações e de sua contínua reconstrução, que mulheres de camada favorecida constroem sua identidade pessoal e social, em uma sociedade que tende cada vez mais à individualização. Nas camadas médias e populares, por outro lado, sem o recurso ao capital familiar, a identidade se forja na carreira profissional da própria entrevistada, na posição por ela mesma conquistada.

A construção da identidade pessoal, portanto, é seguramente afetada pela posição social e a história da família desempenha um papel destacado no tocante às camadas favorecidas, que a vinculam à própria história da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. "À propos de la famille comme catégorie réalisée". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (100), déc. 1993.
- _____. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Droz, 1972.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista Editora dos Tribunais, 1990.
- LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. "Considerações sobre os conceitos de estratificação social e de posição no sistema de relações sociais de produção: sua operacionalização em uma pesquisa empírica". *Ciência e Cultura*, 34, (1), jan. 1982.
- _____. "História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta". In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org). *(Re) introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. "Vivendo a política em família: São Paulo, 1910-1950". In: LANG, A.B.S.G. et al. *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: CERU, 1997. (Coleção Textos. Série 2, n. 7).
- POLLAK, Michel. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, FGV-RJ, (10), 1992.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mémoires 1. La brisure et l'attente 1930-1950*. Paris: Éditions du Seuil, 1995.

Abstract: The paper deals with family group conceived as representation. It was based in a research intending to know how people of different social classes see family group, and to point its role in the building of personal identity in São Paulo – Brazil. The study was based in life stories of women and their accounts point to the existence of private life styles determined by social origin. Members of the upper social class tend to base their personal and social identity on their extensive family whose history is seen and cultivated as a myth. On the opposite, in the middle and popular classes, the family group pointed is the nuclear one, the family history is build in the present, and the personal identity has its basis in the occupational trajectory of the individual itself.

Keywords: family history; identity; oral accounts.